



Em reunião à tarde, Cardoso e Stepanenko afirmam que "não podemos ficar só vendo os preços subirem"

23 NOV 1993 JORNAL DE BRASÍLIA Ajuste definirá a data da paulada

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, informou ontem que o momento exato da "paulada" na inflação será definido em função da resposta do Congresso às medidas de ajuste fiscal para 1994, que farão parte da proposta de revisão constitucional do Governo. Cardoso explicou que o Governo está disposto a aguardar a aprovação da revisão, mas que não poderá ficar esperando muito tempo por isso.

"O combate à inflação virá depois do ajuste fiscal. Mas também não podemos ficar vendo os preços só subirem", afirmou o ministro, após reunir-se, à tarde, com o ministro do Planejamento, Alexis Stepanenko, na Secretaria de Orçamentos Federais (SOF), o órgão da Seplan encarregado de preparar a proposta do Orçamento do Executivo. Cardoso afirmou que o Governo prefere só adotar medidas mais efetivas para a redução da inflação após a obtenção do equilíbrio das contas públicas, através de uma nova proposta de Orçamento da União

para o próximo ano e das mudanças constitucionais. Mas não poderá esperar muito pelo Congresso.

O novo orçamento está praticamente concluído e será divulgado na sexta-feira por Stepanenko, informou Cardoso. Stepanenko disse que a proposta orçamentária para 1994 deverá conter uma redução das despesas com salários da administração direta (ministérios, fundações e autarquias). Reafirmou que serão preservadas as despesas nas áreas de saúde, pagamento de benefícios a pensionistas e aposentados pela Previdência Social, programas de combate à fome, merenda escolar e assentamentos rurais.

Já a proposta de revisão constitucional ainda está em fase de elaboração, segundo o ministro. Pela manhã, durante audiência concedida ao presidente da Força Sindical, Luiz Antônio Medeiros, Cardoso informou que a proposta de revisão do Governo deverá ser apresentada ao Congresso no início de dezembro, assim que retornar de sua via-

gem ao Canadá, onde manterá contatos com credores do Brasil.

Segundo Medeiros, o ministro da Fazenda informou-lhe que a proposta de revisão constitucional não conterá medidas que promovam aumento de impostos. O líder sindical ouviu de Cardoso que as mudanças constitucionais em estudo pelo Governo promovem a redistribuição das receitas e encargos entre a União, estados e municípios. Estas alterações poderiam entrar em vigor rapidamente porque não precisam respeitar o princípio constitucional da anualidade. Este preceito determina que um novo imposto ou lei tributária só pode entrar em vigor no ano seguinte ao da sua criação.

O presidente da Força Sindical ouviu de Cardoso que o Ministério da Fazenda estuda, atualmente, dez medidas de combate à inflação que poderão ser adotadas após a implementação do ajuste fiscal. "Tem de tudo, mas o ministro não quis revelar o teor de nenhuma", explicou Medeiros.